



Recebido em 07/08/2024
Aceito em 10/12/2024
DOI: 10.26512/emtempos.v24i45.55170

ARTIGO

Os movimentos sociais nas favelas do Rio de Janeiro (1940-1965)

Social movements in the favelas of Rio de Janeiro (1940 – 1965)

Emmanuelle Torres Costa

Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense

<https://orcid.org/0000-0001-5635-4797>

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade evidenciar os movimentos sociais concebidos nas favelas cariocas entre as décadas de 1940 e 1960, período em que as políticas de desapropriação ameaçavam essas localidades. Na tentativa de recuperar o fio histórico desses movimentos e a fim de contextualizar as lutas sociais nas favelas numa perspectiva de longa duração, iremos acompanhar brevemente as nuances e adaptações dos distintos movimentos sociais entre essas décadas e a maneira que influenciaram nas estratégias dos movimentos de moradores desses locais durante o século XXI. Este trabalho se insere no esforço de promover discussões amplas e aprofundadas sobre a história das favelas do Rio de Janeiro, com o objetivo de integrar esse debate não apenas à história da cidade, mas também aos contextos históricos nacionais e internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: História das Favelas. Movimentos Sociais de favela. Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This article aims to highlight the social movements conceived in Rio's favelas between the 1940s and 1960s, a period in which expropriation policies threatened these locations. In an attempt to recover the historical thread of these movements and in order to contextualize social struggles in favelas in a long-term perspective, we will briefly follow the nuances and adaptations of these social movements between these decades and the way they influenced the strategies of favela movements in the 21st century. This work is part of the effort to foster broad and in-depth discussions about the history of Rio de Janeiro's favelas, aiming to integrate this debate not only into the city's history, but also into national and international historical contexts.

KEYWORDS: History of Favelas. Favela's Social Movements. Rio de Janeiro.

De luta se fizeram as favelas

Em novembro de 1964, em pleno regime civil-militar do Brasil, um cenário de tensão entre os moradores da Favela do Esqueleto, localizada próximo ao Estádio do Maracanã, estava posto. Naquele mês, ameaçados pela política de desapropriação de favelas do Estado de Guanabara, os moradores do Esqueleto viram na prática do plebiscito uma forma de demonstrar ao poder público, principalmente ao governador Carlos Lacerda, que não estavam de acordo com o plano de desapropriação daquele local. Os moradores se reuniram num espaço da associação da favela e debateram durante algumas horas os destinos que achavam cabíveis para continuar a disputa com o Estado da Guanabara para a permanência do Esqueleto (Povo do Esqueleto não quer mudança, 1964, n. 21.980, p. 12). Crianças, idosos, homens e mulheres, todos estavam reunidos para discutir meios de evitar a desapropriação da Favela do Esqueleto, juntando forças com moradores e líderes de associações de outras favelas cariocas, num belo exemplo de luta coletiva¹.

O líder da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), Etevaldo Justino, conversou com um repórter do Correio da Manhã que cobriu a reunião dos moradores do local. Etevaldo afirmou ao jornal que em “condição de homens livres e da própria democracia a luta por seus direitos e a procura de um modo justo de vida” (Povo do Esqueleto não quer mudança, 1964, n. 21.980, p. 12) era legítima e por isso, nada mais justo que suas demandas e desejos de não serem retirados de seu território fossem atendidos pelas autoridades públicas. A movimentação de Etevaldo, juntamente com as articulações dos moradores do Esqueleto, apoiadas pela FAFEG e por associações existentes na localidade² e fora dela, nos indicam não só um tensionamento entre os habitantes

1 De acordo com imagens do Correio da Manhã deste encontro dos moradores no Esqueleto, podemos ver um público diverso, composto por crianças, homens e mulheres de diferentes idades, enchendo a sala da associação. Interessante destacar que, nas imagens dessa reunião, haviam cadeiras onde os moradores estavam sentados, como numa arrumação de auditório, e uma mesa em que os líderes das associações e da FAFEG falavam de frente para os moradores. Todos que estavam à mesa, com a palavra eram homens. Conferir: Povo do Esqueleto não quer a mudança, 1964, n. 21.980, p. 12. Governador tenta dividir favelados, 1964, n. 21.979, p. 3.

2 Utilizaremos neste trabalho o conceito de localidade para designar ocupações urbanas em espaços definidos como favela, assim como a escola antropológica que pensou as favelas no Rio de Janeiro o fez, substituindo os “estudos de comunidade”. Para Anthony Leeds, o termo localidade abrange a complexidade presente nas favelas, levando em conta ainda as relações com as instituições supralocais, como o mercado de trabalho, igreja, Estado, etc., de forma diferente ao termo comunidade, que concentra suas análises apenas nas relações intra-territoriais, como era o caso dos estudos de comunidades isoladas. Ver: Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth, 2015; Viana, 2023.

da favela e o Estado, mas indicam um momento crucial para a solidificação dos movimentos dos moradores de favela.

Dessa maneira, o presente artigo tem como objetivo acompanhar as articulações políticas e os movimentos dos moradores de algumas favelas do Rio de Janeiro ameaçadas de desapropriação pelo Estado, para compreender como se dava a organização das lutas nesses espaços. Assumindo, por isso, a ideia de movimento social como algo mais amplo e diverso, sem dependência de uma institucionalização ou organização mais complexa. Utilizaremos a noção de “sujeito coletivo” (Sader, 1988) para amplificar as lentes de análise, sem delimitar ou limitar os tipos de articulação política existentes nesses locais. Para isso, analisaremos reportagens de jornais das décadas de 1950 e 1960, período em que há um desenvolvimento nítido dessas articulações políticas em favelas. Além disso, utilizaremos relatórios e documentos oficiais produzidos pela Prefeitura do Distrito Federal, e posteriormente, com a fundação do Estado da Guanabara, por sua Secretaria de Serviço Social, num exercício de compreensão da relação entre moradores de favela e Estado, para melhor observação do contexto político em que estavam inseridos.

Para compreender como se deu a atuação dos moradores dessas localidades precisamos compreender que, os movimentos sociais de favela surgiram juntamente com os primeiros núcleos de habitação favelada. Desde as primeiras favelas que se formaram na cidade do Rio de Janeiro, podemos encontrar moradores atuando, de forma organizada ou não, para a manutenção e permanência desse tipo de ocupação urbana, fosse pela autoconstrução de casas ou articulando politicamente e juridicamente a luta por direitos (Valladares, 2005). Durante o início do século XX, esses locais ainda não eram vistos como espaços ilegais pelas autoridades públicas, contudo, eram percebidas como verdadeiras “lepras estéticas” do espaço urbano, como mencionou o médico Mattos Pimenta (Valladares, 2005, p. 40-45). Apenas em 1937, durante o Estado Novo varguista que esse tipo de localidade passou a ser concebida enquanto ilegal, devido à promulgação do Código de Obras pela prefeitura (Gonçalves, 2013, p. 119). Essas ocupações já sofriam com a perseguição por parte da Prefeitura do Distrito Federal, que ocasionalmente enviava agentes para incendiarem ou demolirem casas, como aconteceu com o Esqueleto, Praia do Pinto, Largo da Memória e outras favelas na década de 1940. A esta altura, a Prefeitura já contava com um órgão voltado para pensar e executar o plano de extinção das favelas da cidade (Moura, 1947). Esse contexto tensionado demandou uma maior atenção

dos moradores de favela que entendiam que seria necessária uma organização mais complexa para enfrentar as ações do Estado.

Com os processos de desapropriação em curso em algumas localidades da Zona Sul do Rio de Janeiro, devido aos interesses do mercado imobiliário que buscava atuar naquela área, o final da década de 1940 foi marcado pela disputa política entre os moradores de favela e as instituições do Estado, fosse por meios legais ou não. Os moradores passaram a utilizar jornais, articulações com parlamentares e ferramentas jurídicas para tentar frear a expansão dos despejos nas favelas, resultando assim na demolição de centenas de barracos pela cidade e diversas famílias “ao relento” (Defender os favelados, 1951, n. 21, p. 4). Por conta dessas pressões e do vertiginoso crescimento dos processos de desapropriação de terrenos ocupados por favelas na cidade, surgiu a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, liderada pelo advogado Magarinos Torres Filho. Magarinos era associado ao Partido Comunista (Pestana, 2016. p. 68), e como advogado, atuava há algum tempo na localidade do Morro do Borel na Tijuca, Zona Norte da cidade, defendendo favelados em processos de desapropriação. Por isso, passou a socializar seus serviços e ferramentas para que moradores de outras favelas pudessem garantir a permanência em suas localidades (Amoroso, 2012).

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pelo aprofundamento e aumento do investimento do Estado em ações e políticas de erradicação de favelas da cidade. Importante ressaltar que, durante o contexto de disputa pela permanência desses locais ameaçados de desapropriação pelo Estado nos anos 1960, como foi o caso das favelas do Esqueleto e de Brás de Pina, havia uma articulação entre moradores de diferentes localidades, como as duas citadas. Isto nos indica que os movimentos e articulações destas lutas por permanência em diferentes localidades caminhavam de forma relacional, isto muito por influência do associativismo de moradores que estavam presentes em diversas favelas, como a UTF e a FAFEG.

No entanto, não era a totalidade dos moradores desses territórios que se associavam ou travavam suas lutas a partir destas associações. Elas eram de fato necessárias para a organização das demandas de pautas coletivas desses locais, mas não eram o único ponto de partida. Cada morador, em sua subjetividade e singularidade, traçou mecanismos próprios para garantir a permanência e bem viver nas favelas que habitavam. Mobilizaremos, por isso, a ideia de sujeito coletivo para uma melhor compreensão da diversidade que foi e ainda é o movimento de

moradores de favela, fugindo da tentativa de homogeneizar essas experiências políticas e dar possibilidade de vislumbre da variedade de atuações possíveis dentro desses locais (Costa, 2022).

Os moradores de favelas articulados em torno da luta pelo solo urbano, ainda que envolvidos também com outros tipos de organizações políticas, como sindicatos e partidos políticos, tocaram a luta pela moradia de forma não institucionalizada. Durante a década de 1940, quando os primeiros movimentos organizados de luta pela permanência das favelas surgem, marcam um momento de estruturação dos meios e ferramentas a serem mobilizados para orientar esta luta, como o campo do direito ou mesmo os meios de comunicação. Ainda que não estivessem organizados de forma institucional, esses moradores estavam unidos por uma ideia coletiva de luta por esses locais (Sader, 1988, p. 10). Com o aparecimento das primeiras associações de moradores de favelas, junto às ferramentas jurídicas e estratégias políticas, o caminho da luta pela permanência nas favelas tornou-se possível de ser trilhado.

Historicidade das disputas sociais nas favelas

Durante muito tempo, as favelas tiveram seu aparecimento na cidade entendido enquanto um fenômeno espontâneo, sem questionamentos além das narrativas que afirmavam se tratar de invasão de terras ociosas por parte de pessoas de baixa renda e sem acesso à moradia. As pesquisas sobre favelas desenvolvidas próximas à virada do século XXI proporcionaram uma transformação na compreensão dessas localidades enquanto um fenômeno espontâneo e homogêneo. As contribuições de cientistas sociais e assistentes sociais foram fundamentais para o entendimento desses locais enquanto portadores de singularidades e de processos formativos específicos (Valladares, 2005). Assim, começaram a ser desvendadas as teias da mobilização social que proporcionou o estabelecimento de diversas favelas pela cidade, ainda que com processos de ocupação distintos, envolvendo diferentes atores sociais que possibilitaram não só o surgimento dessas ocupações urbanas, mas também a sua permanência.

Com a virada dos anos 2000, o crescente movimento de valorização de manifestações culturais de favelas e de processo de construção de memória em favelas (Brum; Knauss, 2012, p. 121-140), novos atores sociais foram privilegiados nos estudos históricos sobre esses locais³.

³ A partir dos anos 2000, diversos trabalhos sobre as favelas cariocas se desenvolveram a partir da investigação da experiência, memória e agência dos moradores dessas localidades. Ver: Mattos, 2004. Silva, 2006.

Se num primeiro momento as pesquisas sobre essas localidades se debruçaram nas narrativas produzidas pelos documentos oficiais e pelos órgãos do Estado para compreender a singularidade das favelas enquanto fenômeno urbano, num segundo momento, os pesquisadores – alguns moradores de favelas e, por isso, intelectuais orgânicos⁴ – passaram a traçar suas rotas de trabalho a partir de fontes produzidas pelos habitantes desses locais, fosse em forma de depoimento oral, análise de discurso em jornais ou da própria cultura material⁵. Esse tipo de abordagem privilegiou a atuação dos moradores de favela na investigação, tendo sido marcada pela influência dos debates da história a contrapelo. A mudança no tipo de fonte explorada e do perfil dos pesquisadores propiciou a construção de uma nova análise da história para as favelas, não só tendo o favelado como um objeto, mas também como o sujeito produtor de conhecimento sobre sua realidade, portanto saberes nativos sobre esse tipo de localidade.

É válido ressaltar, no entanto, que a história foi a última disciplina a se lançar no desafio de encarar a complexidade que são as favelas (Brum; Knauss, 2012, p. 121-140). Essa demora acabou alimentando, como indicou Licia Valladares, a categorização desses espaços como homogêneos e desprovidos de especificidades (Valladares, 2005, p. 138). A entrada de historiadores para o campo de estudos das favelas tem feito grande contribuição, principalmente no que tange às pesquisas que tratam de acompanhar o surgimento de determinada localidade, observando de forma cuidadosa os processos e articulações envolvidas, privilegiando a atuação dos moradores.

Como bem resumiu Rafael Gonçalves, os moradores de favelas se organizam para garantir a permanência de suas moradias desde que os primeiros núcleos de habitação favelada surgiram nos morros do Centro do Rio de Janeiro (Gonçalves, 2013). Os primeiros morros ocupados, Santo Antônio e Morro da Providência – ou Morro da Favella, tiveram a construção de suas moradias negociadas diretamente com as Forças Armadas, uma vez que os primeiros núcleos de habitação eram de ex-combatentes retornados da Revolta da Armada e da Guerra de Canudos, respectivamente (Gonçalves, 2013, p. 45). Assim como nessas duas localidades,

4 Gramsci argumentava que toda classe social precisa de seus próprios intelectuais para consolidar sua luta (Gramsci, 1968). A favela, como espaço historicamente marginalizado, gera intelectuais orgânicos que desafiam o conhecimento acadêmico tradicional e constroem novas formas de saber baseadas na vivência da periferia. Podemos, então, entender que o favelado que se engaja na luta social, na arte, na educação ou na política atua como intelectual orgânico da sua classe.

5 Antônio Carlos Vieira e Cláudia Rose Silva, ambos mareenses, são exemplos de intelectuais orgânicos, favelados, que ao acessarem os espaços acadêmicos, passaram a pensar seus territórios e ajudaram a fundamentar a história e memória da Maré. Ver: Vieira, 2008. Silva, 2006.

a ocupação de outras favelas se deu também por meio de negociações entre moradores, poder público, setor imobiliário informal, os chamados “tubarões de favela”, ou mesmo de “grileiros”, revelando o planejamento envolvido na formação de núcleos desse tipo de habitação. Por isso, negando a ideia de espontaneidade no aparecimento de favelas.

Durante as primeiras décadas do século XX, esteve em curso a disputa para a categorização da favela como um problema urbano, que deveria ser extinto da cidade, bem como indicavam de forma nítida os planos da Prefeitura do Distrito Federal para erradicar esses locais, como era o caso do Serviço de Extinção das Favelas, da Secretaria de Saúde e Assistência. O órgão havia construído um abrigo na rua Bela, Zona Norte, com capacidade para acolher cerca de 39 famílias que fossem retiradas de favelas da cidade pela Prefeitura (Moura, 1947). A secretaria dialogava com o Código de Obras de 1937, que havia imputado a ilegalidade dessas localidades, as caracterizando oficialmente como um problema na cidade que deveria ser extirpado. O surgimento desse código e a condenação oficial que trouxe para as favelas resultou na abertura de uma série de processos de desapropriação de terrenos ocupados por favelas. A década de 1940 foi marcada por inúmeras disputas legais para a garantia da manutenção da posse dos favelados sobre o terreno que ocupavam. Nesse contexto podemos observar que, ainda que o mecanismo jurídico estivesse operando para garantir a não existência das favelas, através de um código como um instrumento, os moradores também conseguiam se movimentar através das estratégias jurídicas, fosse demonstrando a natureza da ocupação do terreno e o nível de envolvimento do proprietário do solo com o surgimento da favela em questão, entre outras coisas (Gonçalves, 2013, p. 376).

Ainda que tenha aparecido num primeiro momento como um conceito jurídico representando a ilegalidade, a categoria urbana favela ter sido mobilizada no Código de Obras de 1937 possibilitou que disputas em torno dela fossem travadas pelos moradores, apenas pelo fato de ter sido nomeada. Nesse sentido, a pesquisa empreendida por Rafael Gonçalves sobre a relação dos moradores com os aparelhos do Estado, principalmente no campo jurídico, nos indica que, antes mesmo de uma organização oficial em coletivos, esses moradores já utilizavam as próprias ferramentas do Estado, ainda que escassas, para disputar seus direitos (Gonçalves, 2013). Ou seja, as primeiras formas que os habitantes de favela tiveram para garantir a manutenção dessas áreas urbanas se deram por dentro do Estado e com ferramentas jurídicas. Isso nos indica que os moradores tinham

alguma noção dos instrumentos e recursos que poderiam mobilizar para disputar o direito de habitar em suas favelas.

Nesse período, destruição de barracos, incêndios criminosos e expulsões súbitas marcaram a vida dos moradores de diferentes favelas, que acabaram por ocupar outras favelas, principalmente na Zona Norte da cidade. Diante de tamanha violência e instabilidade, as associações de moradores começaram a ser formadas, tendo seu ápice marcado na década de 1950, com o surgimento da União dos Trabalhadores Favelados (UTF). O coletivo trazia a marca não só da luta territorial, mas também da luta de classes, isto porque seu fundador, o advogado Magarinos Torres, que era um comunista, influenciou com a perspectiva classista esta organização (Pestana, 2016).

Ainda que a UTF tenha trazido em seu nome um marcador da luta de classes, é importante ressaltar que, a identidade de trabalhador – principalmente a partir do período varguista – era frequentemente mobilizada por cidadãos de baixa renda e em especial, negros (pretos e pardos), para garantia de um acesso à cidadania. Dessa forma, é comum encontrarmos em jornais, desde o período varguista, moradores de favela se categorizando enquanto trabalhadores para acessarem o dispositivo do direito social (Fischer, 2008). A historiadora Brodwyn Fischer vai comentar que, para algumas pessoas, principalmente as negras, a categoria de trabalhador serviu para auxiliar no acesso à cidadania. Os direitos civis, no contexto varguista, foram associados com o mundo do trabalho, e por isso, para acessar a cidadania, era necessário pertencer à classe trabalhadora. A maioria dos trabalhadores negros e moradores de favelas não acessaram, no entanto, a Carteira de Trabalho, exercendo suas funções laborais muitas das vezes de maneira informal, ainda que em setores formalizados como a indústria⁶. Podemos perceber a porosidade da categoria trabalhador, em que muitas vezes serviu para o acesso a direitos e outras tantas garantiu a manutenção da exclusão.

Com a década de 1950, inúmeras associações de moradores surgiram na cidade, indicando um fortalecimento da luta desses grupos. Ainda que se tratem de movimentos sociais constituídos há pelo menos oito décadas nas lutas urbanas da cidade, pouco foram investigados pela historiografia que acompanhou os movimentos sociais do Rio de Janeiro. Sabemos que, em certa medida, a historiografia optou por lidar com os movimentos políticos que se deram de forma institucionalizada, como o movimento comunista ou os sindicatos de operários.

6 A autora Brodwyn Fischer indica que cerca de 22% dos moradores de favela acessavam a Carteira de Trabalho em meados do século XX. Ver: Fischer, 2006, p. 417-425.

O movimento dos moradores de favela foi apenas analisado por historiadores que se lançaram no desafio de acompanhar a luta travada nas favelas por essas pessoas (Mello, 2013; Gonçalves, 2013; Brum, 2011; Pestana, 2016; Costa, 2022).

Importante ressaltar que, com investigações atentas aos grupos de favelados que se organizaram politicamente, notaremos uma diversidade de tipos de movimentos sociais nas favelas, que é o que o presente artigo buscará demonstrar logo em seguida. Alguns eram associados à Igreja Católica, outros ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), ao movimento de mulheres, outros sem relação direta com nenhuma instituição ou partido, configurando-se como independentes, além, é óbvio, daqueles moradores que atuavam de forma singular para garantir seus direitos. Essa variedade na atuação dos favelados nos chama atenção para a hipótese de que, mesmo de formas plurais e por caminhos às vezes contraditórios, esses moradores se encontravam na luta coletiva por um bem comum, que eram as favelas (Sader, 1988). Esses sujeitos, além de disputarem as condições adequadas para a permanência nas favelas, por diferentes meios, também disputaram o significado e o sentido da categoria favela (Costa, 2022), reverberando diretamente na luta por garantia de direitos para esses locais e seus habitantes.

A atuação política dos moradores de favelas

A década de 1950 foi marcada não só pelo aumento das ordens de despejo nas favelas da cidade, mas também por um processo de estigmatização desses locais enquanto territórios marginalizados (Perlman, 2002). Diversas favelas, localizadas principalmente nas regiões que passaram a ser valorizadas pelo capital imobiliário, se tornaram alvo de ações desse tipo. Nesse sentido, as regiões da Zona Sul, Tijuca e Méier foram as que mais tiveram favelas extintas. Em julho de 1951, um grupo de moradores da Favela do Esqueleto esteve na redação do jornal Última Hora denunciando práticas coercitivas da Prefeitura do Distrito Federal e da polícia na localidade, e indicaram ainda um movimento de perseguição por parte de autoridades públicas. Relataram que essas autoridades estavam criando “um clima capaz de fazer com que a maior parte dos atuais moradores sejam compelidos a procurar outro teto” (Defender os favelados, 1951, n. 21, p. 4). O colunista do jornal não se furtou em dizer que o Estado não atingiria o objetivo de retirar os favelados, isto porque, segundo ele:

O teto não se encontra a preços acessíveis ao salário daquela pobre gente, quer já paga hoje perto de quatrocentos cruzeiros pelo mais infeto barraco. Resultado: o favelado fica na favela, mas suportando

a terrível coação do ambiente criado com o objetivo de o fazer sair. [...], mas coagir o favelado porque ele é pobre é uma política injusta e antissocial. (Defender os favelados, 1951, n. 21, p. 4).

A denúncia feita pelos moradores e o comentário tecido pelo colunista do Última Hora nos revelam que o clima de hostilidade pairava sob essas localidades, revela também que, mesmo com tamanha pressão, esses moradores se articulavam para buscar meios de se defender desse tipo de ataque do Estado. A imprensa comercial, ainda que seja um espaço de produção e veiculação de informações de interesse das classes dominantes, é também um cenário de disputas de narrativa, disputas políticas e por isso polissêmico. Ainda que vejamos majoritariamente notícias e narrativas que estereotiparam – e ainda estereotipam – moradores de favelas, encontraremos também a atuação e interlocução dos moradores nesses canais de comunicação buscando defender seu ponto de vista. Isto porque os impressos não servem só a quem os produz, mas também a uma gama de leitores, de diferentes estratos sociais que consomem aquelas notícias (Pereira, 2016, p. 1-21), a ponto de buscarem esses espaços para denunciar violências que partiram do Estado, como foi o caso dos moradores da Favela do Esqueleto.

Os moradores de favela tinham também acesso aos impressos ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como a Imprensa Popular, e outros jornais que tinham um perfil à esquerda. A relação entre o PCB e os moradores de favela é bem antiga. Licia Valladares comenta em seu estudo essa relação de proximidade dos moradores de favela com o partido, que acabou por influenciar nas lutas das favelas por conta de sua grande aderência (Valladares, 2005, p. 76). Isto ocorreu justamente num contexto em que o partido teve uma ascensão no cenário político carioca, marcado principalmente pelas vitórias no legislativo em 1947, com a eleição de figuras como Carlos Marighella e Luiz Carlos Prestes.

Um importante reflexo desta aceitação do PCB pelos habitantes de favela é a concepção e características da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), que surge justamente num contexto de instabilidade para esses locais, com as centenas de ordens de despejo sendo movidas pela Prefeitura do Distrito Federal (Pestana, 2016). O presidente da UTF, o advogado Magarinos Torres, era filiado ao PCB e implementou uma série de condutas na UTF que dialogavam com os fundamentos que podem ser encontrados nesse partido. A UTF era presente em dezenas de favelas da cidade. As que não tinham, buscavam mecanismos de se aproximar da organização, que além de promoção de ajuda mútua entre moradores de favela, também proporcionava apoio jurídico, oferecido pelo próprio Magarinos.

Quando a extinta favela João Cândido, localizada às margens da Avenida Brasil, – considerada parte da Maré –, onde atualmente está localizada a Casa do Marinheiro, começou a ser ameaçada de desapropriação, uma das primeiras movimentações que os moradores fizeram foi ir aos jornais e se associar à UTF. O advogado Magarinos Torres, antes mesmo da UTF ter instalado um posto na localidade, já estava articulando com o vereador Geraldo Moreira para que os moradores não fossem submetidos a tal decisão. José Fernandes Pinto era um dos moradores reunidos na conversa com o repórter do Imprensa Popular e declarou que morava na “Favela das Marés” há mais de 25 anos e “aqui sempre foi assim. Nunca a Prefeitura mandou abrir uma vala ou instalar uma bica d’água. A única que existe deve-se ao esforço dos moradores que arcaram com todas as despesas” (Não podemos morar num palácio como acontece com o Almirante, 1955, n. 1.631, p. 7).

A fala do morador nos remete ao trabalho para construção de habitabilidade dessas áreas, que na maioria dos casos dependia dos próprios moradores. Ainda que se tratassem de favelas localizadas em terrenos loteados, ou de casas construídas pelo governo, como os Centros de Habitação Provisória, os moradores na maioria das vezes eram responsáveis por garantir o acesso à água e à luz, o que marcou o trabalho de construção social do espaço que habitavam (Low, 2016, p. 68-93). A construção social das favelas deve ser encarada como parte do processo de construção social da cidade, levando não apenas o conceito de produção social do espaço, que depende das classes dominantes, em conta, mas sobretudo na atuação das classes trabalhadoras na formação da cidade e de seus espaços. O trabalho dos moradores pode ser encarado como um dos processos iniciais de luta por permanência nesse tipo de localidade, fazendo de um espaço inóspito um local a ser habitado. A fala do jornalista do Última Hora, que apontou para a existência de um clima hostil de expulsão nas favelas, demonstram que as atuações em rede – como as dos moradores da favela João Cândido, bem como na Favela do Esqueleto e em outras favelas –, marcaram a luta por permanência nesses locais, possibilitando a mínima condição para disputar a permanência desses locais.

Nessa mesma reportagem, um dos moradores que foi identificado apenas como presidente do centro da UTF na favela João Cândido, falou para imprensa das manifestações de solidariedade que os moradores estavam recebendo da UTF, em vista de todas as ameaças que estavam sofrendo de forças policiais e da própria Marinha, que queria retomar o terreno (Não podemos morar num palácio

como acontece com o Almirante, 1955, n. 1.631, p. 7). A luta dos moradores da favela João Cândido perdurou por mais alguns anos, mas na conhecida “era das remoções” de favelas, que se iniciou em 1964 e findou em 1973, tornou-se uma das localidades alvo dessa política, sendo extinta em 1964, com cerca de 3.325 pessoas transferidas principalmente para a Vila Kennedy (Silva, 2006, p. 93-94).

Numa publicação de outubro de 1955, o jornal Imprensa Popular registrou em apenas uma página três manchetes envolvendo a luta de favelas por permanência. Nessa página, ainda se falava da disputa tensionada entre os moradores da favela João Cândido contra a Marinha, em especial o almirante Álvaro Menezes, responsável pela construção do “Quartel dos Marinheiros”, na Avenida Brasil. Os moradores da João Cândido afirmaram que não haviam condições materiais para construir novos barracos no local para qual seriam levadas, e “além do mais, se mudarmos antes de ser ligada a luz e a água estaremos ameaçados por epidemias. Eu e meus companheiros não mudaremos”, declarou José Antônio do Carmo, operário e morador do local ameaçado (Não podemos morar num palácio como acontece com o Almirante, 1955, n. 1.631, p. 7). Outros moradores fizeram coro com o que foi dito por ele, no mesmo tom. Em tom semelhante, José Pedro Maria, Maria Rosa da Silva, José Claudino Nascimento e Olinda Sebastiana dos Santos afirmaram se sentir materialmente impossibilitados de atender à ordem de despejo, afirmando ainda que caso tivessem condições ideais “não estariam morando em favelas e sim nos bairros elegantes como o almirante” (Não podemos morar num palácio como acontece com o Almirante, 1955, n. 1.631, p. 7).

Esses moradores afirmaram ainda que a Marinha não carecia daquelas terras e que poderiam minimamente garantir as condições ideais para a saída das pessoas daquele local para um outro que fosse adequado. Além disso, os moradores afirmaram novamente estar contando com a ajuda da UTF, tanto com ajudas materiais e de doações, quanto apoio jurídico do coletivo. Os moradores indicaram que iriam novamente contactar a Comissão de Favelas da Câmara de Deputados, com intermédio da UTF, para tentar evitar a execução da desapropriação do terreno.

Uma outra batalha, sobre outra favela, travada na Câmara dos Deputados, foi noticiada naquela mesma página do impresso, bem acima da notícia sobre a luta da favela João Cândido. Tratava-se de uma “operação” contra trabalhadores que moravam na favela do Timbau, parte do que hoje conhecemos como Complexo de Favelas da Maré, Zona Norte da cidade. Segundo o jornal, os motivos que

sustentaram essa “guerra” contra os favelados são “praticamente inexistentes”, uma vez que a jurisdição do terreno era da União e, nesse sentido, os moradores seriam favorecidos. Ainda assim, os moradores do Timbau se viram cercados por carros do 1º Batalhão de Combate, no que os jornais chamaram de “operação” para demarcar a área que seria isolada e desapropriada. Os favelados ficaram “revoltados” com a atuação da Marinha e foram ao parlamento à procura da Comissão de Favelas, pedindo-lhes que alguma medida fosse adotada para evitar tal atitude (Um batalhão de tanques contra um grupo de favelados pobres, 1955, n. 1.631, p. 7).

O jornal mencionou que ao invés de ameaçar de expulsão e aprisionamento os favelados que moram no Timbau, na Praia de Inhaúma e Baixa do Sapateiro, o que se exigia do governo eram medidas que poderiam prover nas áreas que essas populações vivem escolas, postos de saúde, acesso a água, luz e esgoto. A coluna buscou evidenciar que os moradores dessas localidades procuram as favelas por conta das taxas já exorbitantes de aluguel na cidade do Rio de Janeiro, sendo por isso as favelas uma solução para inúmeras famílias se estabelecerem na antiga capital. O colunista também buscou evidenciar que esse ataque não passou de um “atentado à liberdade de ir e vir” dos favelados dos Timbau, indicando a tentativa de cerceamento da liberdade nesta “operação” logo no subtítulo da reportagem: “Violência e arbitrariedade num brutal atentado à liberdade dos moradores” (Um batalhão de tanques contra um grupo de favelados pobres, 1955, n. 1.631, p. 7). A reportagem veio acompanhada de uma fotografia da favela do Timbau, na qual podemos ver alguns barracos de tábuas e outros de alvenaria, com telhados de zinco, com alguns varais de roupa cruzando os espaços das casas e uma árvore ao fundo. Importante que as noções de cidadania e liberdade estejam sendo associadas aos favelados pelo colunista, isto porque em sua maioria, moradores de favelas em grande parte não conseguiam acessar direitos básicos de um cidadão pleno (Fischer, 2008). Dessa maneira, associar conceitos como liberdade e direitos aos moradores de favela pode ter sido um exercício importante na disputa desse acesso à cidadania por parte dos favelados. Vale ressaltar que, tanto o Morro do Timbau, quanto a Baixa do Sapateiros e Praia de Inhaúma, são localidades integrantes do Complexo da Maré, bairro fundado em 1994 (Silva, 2006), que conseguiram resistir às ameaças de desapropriação a que foram submetidas durante esse período histórico.

A manchete do lado esquerdo do jornal, nessa mesma página, trouxe uma fotografia de um grupo de homens, moradores da favela de Parada de Lucas,

encontrando lideranças do PCB, em que a pauta era a legalidade do partido e a “defesa das liberdades democráticas”. Os moradores aparecem numa fotografia num encontro político, demonstrando sua participação e frisando que com o Partido Comunista fora da lei, o regime democrático estava incompleto e a Constituição violada em seu artigo 141. A imagem mostra um grupo de pelo menos dez homens conversando, um conjunto maior encara com fisionomia atenta e ouvinte um homem falando para todos (Trabalhadores favelados de Parada de Lucas pela legalidade do partido de Prestes, 1955, n. 1.631, p. 7). O encontro demarca a participação política ativa dos moradores de favelas no cenário político, principalmente o de esquerda, por conta da alta adesão que o PCB tinha nestas localidades. Tal proximidade do partido com as favelas fez com que a Igreja Católica e o Estado logo temessem essa relação, e assim, acabaram criando alguns programas para se inserirem na disputa ideológica e cultural nas favelas.

A criação da Fundação Leão XIII é parte do esforço do Estado juntamente com a Igreja Católica de disputar o terreno das favelas com o Partido Comunista, ofertando serviços e assistência social aos moradores e promovendo a moral e fé cristã, juntamente com as noções de cidadania e trabalhismo (Valladares, 2005, p. 76). Essa disputa não era à toa, havia nas favelas uma massa adensada de trabalhadores, que pareciam muito conscientes do seu lugar e papel social. Muitos favelados se aproximaram do PCB, e ainda que estivesse na ilegalidade, os favelados continuavam atuantes no partido, como indicou a reportagem do Imprensa Popular sobre a articulação dos moradores de Parada de Lucas. Na Favela do Esqueleto eram comuns não somente as articulações dos moradores com o partido, no sentido de alimentar a base comunista que existia na localidade, mas também no sentido de articulação com parlamentares para disputarem seus interesses na Câmara (Costa, 2022). Como a articulação tecida com a vereadora Arcelina Mochel, que numa sessão da Câmara trouxe apontamentos de despejos executados através do uso de violência policial, tanto no Esqueleto, quanto na favela do Jockey Club, na Gávea (Protestos contra demolição nas favelas, 1947, n. 540, p. 8). A denúncia da vereadora de ataques de agentes da Prefeitura nessas duas localidades indica o nível de articulação e a entrada que os moradores de favela tinham no PCB e por isso, no parlamento.

Enquanto isso, ainda na mesma página no Imprensa Popular, os moradores da Vila do Vintém falavam sobre os preparativos de uma grande festa em comemoração à derrubada da decisão de demolir casas numa parte do terreno. De

acordo com moradores, o grileiro Pires, que há anos extorquia uma determinada localidade da Vila do Vintém, havia pedido a reintegração de posse do terreno, o que resultaria no despejo de várias famílias. A campanha dos moradores em articulação com esse jornal e com a Comissão Parlamentar de Inquérito resultou numa decisão favorável aos moradores da Vila do Vintém. Assim, o grileiro acabou sendo desapropriado do terreno, e este foi reconhecido como sendo ocupado pelos favelados da Vila. Essa decisão por parte da Prefeitura do Distrito Federal demonstra a complexidade das negociações e disputas que podiam se travar em relação à permanência dessas localidades, ainda que proibidas pelo Código de Obras de 1937.

Numa mesma página do jornal *Imprensa Popular*, conseguimos encontrar três notícias sobre a luta dos favelados da cidade para garantir que seus direitos de moradia fossem respeitados. Disputando tanto com grileiros, como foi o caso dos habitantes da Vila do Vintém, ou mesmo contra o próprio Estado, como era o caso dos habitantes das favelas João Cândido e do Timbau. O impresso nos indica o quanto a luta dessa população se acirrava, e que por isso procuravam se manter alinhados à coletivos e organizações políticas que pudessem apoiá-los, demonstrando a capilaridade desse movimento, além de sua diversidade. Logo, os setores políticos que pudessem fornecer apoio políticos eram compreendidos como parceiros da luta pelas favelas.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, dentro do espectro das lutas por garantia de direitos e permanência nesses locais, estavam muito bem-posicionadas as mães de favela. As mulheres dessas localidades se organizavam para realizar tarefas coletivas como a lavagem de roupa nas bicas d'água e o cuidado com as crianças da favela. Nesse último sentido, muitas mães de favela atuaram politicamente, demandando serviços públicos para suas crianças, fossem creches, escolas ou postos de saúde. Num dado momento, com o aumento das “operações de guerra” que estavam ocorrendo na Favela do Esqueleto, as mães daquela localidade buscaram a Associação Feminina do Distrito Federal para denunciar as ações do Estado e, além disso, demandar que a atenção das autoridades públicas fosse voltada para a garantia de assistência social de seus filhos, como o acesso a creches e escolas (*Escolas para seus filhos*, 1954, n. 802, p.5.).

Interessante aqui observar que, além de estar inserida no contexto de lutas sociais pelas favelas, e por isso dos movimentos sociais do Rio de Janeiro, a articulação dessas mulheres também se localiza num contexto de avanço

internacional das lutas das mulheres. Silvia Federici indica que, um dos primeiros movimentos de mulheres organizados que podemos identificar como feminista se tratava de mães de baixa renda, negras e latinas, dos Estados Unidos, lutando pela garantia de assistência social para manter seus filhos nas escolas na década de 1960 (Federici, 2019, p. 88). Dessa maneira, o movimento de mães da Favela do Esqueleto dialoga com a onda de disputa por garantias de direitos sociais e civis e do acesso à cidadania, ainda que não possamos qualificá-lo como um movimento feminista.

Podemos verificar que, boa parte desses moradores, que articularam diversos tipos de redes de solidariedade e atuações políticas, eram pessoas pretas ou pardas, marcando por isso um protagonismo político desses sujeitos. Pensar a atuação política de residentes em favelas no Rio de Janeiro, é pensar na atuação e articulação política de pessoas negras (Brum; Gomes, 2022). Neste sentido, quando nos deparamos com as imagens dessas pessoas e suas descrições em documentos, sejam eles de jornal ou oficiais, notaremos nitidamente o protagonismo negro nesses movimentos sociais, bem como na produção de cultura desses espaços, como os cordões de carnaval que existiam em diversas favelas, ou os rituais de candomblé (Costa, 2022).

A própria UTF atuava para garantir o mínimo de assistência social para as favelas, como a ajuda que subsidiou a permanência dos moradores da João Cândido durante um determinado tempo. Nesse sentido, encontraremos diversas vezes os moradores e moradoras das favelas do Rio de Janeiro pautando a necessidade de assistência social, da abrangência do acesso à hospitais e escolas, bem como saneamento e outros termos que garantiriam um bem viver nessas localidades. Como as mulheres estavam atuando na manutenção da reprodução social dessas localidades, natural que estivessem envolvidas nos movimentos que demandavam esse tipo de atuação do Estado. Os moradores, de forma geral, demonstravam entender o papel do Estado na garantia desses direitos, e como bem pontuou o jornalista do Última Hora, a forma como a política habitacional vinha sendo direcionada aos favelados se tratava de uma injustiça social (Defender os favelados, 1951, n. 21, p. 4), e os moradores tinham noção disso.

Podemos verificar, neste sentido, os discursos sobre política social que vinham dos movimentos de operários cristãos, dentro das favelas. Etevaldo Justino, líder da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, era um desses símbolos controversos na luta pelas favelas. Era um operário bem próximo a ligas católicas de operários, além de ter boas relações

com bispos e outras lideranças da igreja (Mello, 2013). Como a Igreja Católica passou a buscar essa aproximação com os habitantes de favelas durante a década de 1940 e 1950, haviam movimentos de moradores que se identificavam já como “operários cristãos”, utilizando categorias para legitimar suas demandas e pautas, a partir deste lugar social de trabalhador cristão (Fischer, 2006, p. 417-425). Essas categorias se tornaram valorosas principalmente por conta do governo de Getúlio Vargas, e por isso era comum que moradores dessas localidades mobilizassem essas categorias desta maneira, a fim de garantir um lugar social de respeito e direitos.

Assim, nos discursos desses líderes que se identificavam a partir dessas categorias, era comum que encontrássemos a disputa não só pela permanência da localidade e dos acessos a esses direitos, mas também uma disputa pela categoria favela, em seus sentidos e significados. Um coletivo de moradores da Favela do Esqueleto, a Associação dos Homens de Boa Vontade, puxou a organização do primeiro Congresso de Favelados, em 1959, juntamente com moradores de outras localidades da cidade. Essa associação se caracterizava a partir das categorias “operário cristão”, “trabalhador cristão”, mas que, no entanto, o Congresso se concentrava em criticar os serviços criados pelo governo para extinguir as favelas, além disso disputar a categoria favela enquanto um espaço da cidade e localizar a luta dos moradores a partir das demandas da favela (Congresso de Favelados vai mostrar ao Prefeito que a Serfha não existe, 1959, n. 2.684, p.9). O Congresso, além de tudo, buscou convidar autoridades públicas, para além dos moradores dessas ocupações, num movimento de fazer com que essas figuras tomassem conhecimento das pautas levantadas pelos favelados.

O Congresso de Favelados foi um espaço que demonstrou um encontro de diferentes atores políticos das favelas, fossem ligados ao movimento da Igreja Católica ou mesmo ao PCB, ou sem ligação alguma com instituições, como era o caso de muitos favelados que estavam nesses locais. A partir disso, podemos notar uma gama de questões que podem ser investigadas nessas relações políticas desses movimentos, de suas naturezas e formas, para que possamos acompanhar a diversidade de caminhos e articulações tomadas para lutar pelas favelas da cidade. O que esse evento, e associações como a FAFEG e a UTF nos informam é que os moradores dessas localidades costumavam, e ainda costumam, atuar em rede. E por isso, é muito comum que encontremos fontes em que moradores de uma determinada localidade estavam envolvidos com as lutas e demandas de moradores de outra localidade.

Durante a década de 1960, e o acirramento das disputas pela permanência das favelas nos terrenos que ocupavam, os moradores e associações dessas localidades decidem fundar a Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara, a FAFEG, em 1963. A fundação dessa federação culmina justo num período em que dezenas de favelas estavam, literalmente, marcadas para serem extintas. A federação, composta segundo Etevaldo de “operários cristãos”, pautava principalmente a garantia de uma urbanização nos territórios favelados, ao invés de remoção (Favelados iniciam seu I Congresso, 1964, n. 21.933, p. 11). A atuação do grupo nos indica que, para melhor garantir a permanência das localidades ameaçadas, a articulação deveria ser feita em uma rede de solidariedade entre associações de favelas distintas, para que a luta de uma fosse sempre endossada pelos demais componentes da federação.

A realização de um outro congresso, que chamaram novamente de I Congresso de Favelas, esse puxado pela FAFEG, buscou discutir mecanismos de se conquistar a urbanização e melhoramentos para as favelas, demonstrando mais uma vez o método de atuação em rede no movimento de moradores de favela (Savage, 2011 [1996], p. 6–33). Em um contexto de instabilidade política que marcou o início da década de 1960, a fundação da FAFEG, que se deu um ano antes do golpe civil-militar, evidenciou a capacidade de articulação e de estratégia desses moradores, que se colocaram críticos aos governos e regimes que atentavam à democracia e aumentavam sua distância do acesso aos seus direitos e garantias de cidadania.

O presidente da FAFEG, Etevaldo Justino, era morador de uma favela chamada de Bispo 117, mas, no entanto, foi uma das principais lideranças do movimento dos moradores da Favela do Esqueleto, sendo muitas vezes lido como morador do local (Pestana, 2022). Etevaldo e outros moradores fundaram a federação justamente num contexto em que o Esqueleto havia sofrido uma primeira desapropriação em seu terreno, que deu espaço para a construção da Avenida Radial Oeste, atual Rei Pelé, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Nesse contexto, os moradores do Esqueleto estavam, ainda que ameaçados, alinhados à luta dos moradores de Brás de Pina, que também estava sofrendo com as ameaças do Estado da Guanabara e do Plano Nacional de Habitação, que promoveu a desapropriação de territórios favelados em áreas que seriam usurpadas pelo capital imobiliário.

Durante algumas semanas, os jornais da cidade cobriram a luta e as articulações dos moradores do Esqueleto e de Brás de Pina, juntamente com a

atuação da FAFEG em ambos os territórios. Era comum que, em manifestações realizadas nessas localidades, moradores da outra favela estivessem para fazer corpo nos atos, além disso, se tratava de um contexto em que a repressão policial se dava facilmente, dessa maneira, quanto mais pessoas nos espaços de disputas políticas, maiores garantias de testemunhas e dos mecanismos de defesa. Em um determinado momento, a favela de Brás de Pina foi de fato marcada para ser demolida, contudo, as autoridades públicas não esperavam tamanha massa organizada para deter as ações de despejo. Os moradores de Brás de Pina, juntamente com moradores do Esqueleto e de outras localidades, além da FAFEG, conseguiram evitar que as casas fossem demolidas daquela localidade.

De acordo com Etevaldo, caminhões estavam semanas antes da tentativa de demolição de Brás de Pina ocupando aquela localidade, numa tentativa de intimidar os moradores. Tanto nessa localidade, quanto no Morro do Pasmado, na Zona Sul da cidade, houveram tentativas de intimidação dos moradores com o uso de caminhões e presença policial, criando um clima de instabilidade que pressionasse os moradores a deixarem seus lares (Pestana, 2022, p. 242). Contudo, em Brás de Pina, a partir da articulação da Associação de Moradores de Brás de Pina e da FAFEG, conseguiram não só criar uma barreira física à remoção, mas também influenciar na opinião pública e garantir que a localidade permanecesse no espaço e ainda acessasse ações de urbanização, pauta orientadora da luta da FAFEG (Mello, 2013). A vitória dos moradores de Brás de Pina perante as políticas de habitação impostas na época foi um marco tão relevante que acabou causando pânico nas autoridades públicas e esperança a outros favelados que estavam nesta luta.

Otimistas com a possibilidade de garantir a permanência também em outros territórios, a FAFEG, através da figura de Etevaldo, continuou pautando junto aos moradores do Esqueleto a permanência na localidade. Final do ano de 1964, logo após a vitória dos moradores de Brás de Pina, Etevaldo fez duras críticas ao governador Carlos Lacerda, indicando que suas promessas para os favelados não passavam de mentiras e que seu método de criar vilas operárias pela cidade nada mais era do que uma “cortina de fumaça” para disfarçar a forma como atuava nas favelas (Favelados iniciam seu I Congresso, 1964, n. 21.933, p. 11). O governador reagiu afirmando que o Esqueleto seria demolido em breve. Para evitar tal feito, Etevaldo, junto com os moradores do Esqueleto, puxou uma reunião em que foi resolvido executar um plebiscito para verificar qual era o veredito dos moradores em relação aos planos do governador. Os moradores,

que já se mostravam contrários a essa decisão, se viram coagidos quando poucos dias depois dessa reunião Etevaldo foi preso pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), e ficou cerca de uma semana desaparecido (Favelados iniciam seu I Congresso, 1964, n. 21.933, p. 11). Depois de solto, foi sabido que Etevaldo havia sido preso e torturado pelos agentes da polícia política.

A prisão do líder tornou o ambiente de lutas pela permanência no Esqueleto instável. Os moradores passaram a ser coagidos pela presença policial massiva e constante na localidade, com a finalidade de frear qualquer resistência à desapropriação. Ainda com esse cenário, os moradores esticaram o quanto puderam as demandas, negociações e tensões com o governo da Guanabara. Mesmo depois da prisão de Etevaldo e de sua soltura, os moradores e o próprio continuaram articulando a permanência da localidade. Entretanto, no meio do ano de 1965, os órgãos e serviços responsáveis pelo processo de remoção de favelas armaram um esquema para a desapropriação do Esqueleto. No dia em que a demolição das casas começou, depois de semanas com agentes marcando as casas com um “x”, a favela se viu cercada por forte presença policial. Os moradores se viram impedidos de resistir à desapropriação.

Sandra Cavalcanti, então secretária de Serviço Social do governo de Carlos Lacerda, havia articulado junto a Companhia de Habitação da Guanabara (COHAB) e o Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), como uma forma de antecipar a desapropriação da Favela do Esqueleto, buscaram desmobilizar qualquer tipo de resistência por parte dos habitantes. Apenas um grupo de moradores, em uma região bem no centro da favela, que ousou resistir fisicamente ao despejo, lutando corpo a corpo pelas últimas chances de manterem suas casas de pé (Costa, 2022, p.161). Os moradores foram detidos pela polícia e acabaram tendo suas casas demolidas.

Enquanto boa parte da imprensa comercial carioca decidiu construir uma narrativa em que os moradores estavam de acordo com esse plano de habitação, ou melhor dizendo, desapropriação, o único jornal a trazer à tona a resistência dos moradores foi o Diário de Notícias, indicando não somente o acontecido, mas a tristeza que acometia os moradores daquele local. Esse processo provocou um trauma em inúmeras famílias que foram separadas durante as transferências para as favelas que abrigaram os antigos moradores de favelas demolidas. Tanto a Vila Kennedy, na Zona Oeste, quanto a Nova Holanda⁷, na Zona Norte, foram

⁷ A Nova Holanda, favela fundada em 1961 como Centro de Habitação Provisória do governo do Estado da Guanabara, é parte das 16 favelas que integram o Complexo da Maré. Ver: Silva, 2006.

localidades construídas para receber famílias vilipendiadas pelo Estado com as remoções. A historiografia tem se debruçado mais atentamente a esse contexto principalmente no que tange o reconhecimento das lutas dos moradores dessas localidades (Mello, 2013; Gonçalves, 2013; Pestana, 2022; Costa, 2022). Afinal, não é porque não conseguiram garantir a permanência durante aquele contexto, que esses moradores não garantiram a existência dessas favelas durante o tempo em que existiram na cidade.

Os movimentos dos habitantes de favela, ainda com todo o desarranjo promovido pelas desapropriações em massa dos anos 1960 e 1970, não deixaram de se organizar e manter as lutas, não só pela permanência, mas principalmente pela garantia de direitos de cidadania e a expansão dos acessos a serviços básicos, como distribuição de água, saneamento, oferta de escolas e hospitais. Durante meados do século XX, o que podemos notar é que os movimentos e as articulações se tornaram cada vez mais diversas, respondendo inclusive às novas pautas que os moradores apontaram, como o crescimento vertiginoso, que se deu desde a década de 1950, do abuso da força policial nessas localidades. A militarização do Estado, que ocorreu nesse período, aprofundou o uso desmedido da violência de agentes da segurança nos territórios favelados, bem como as mães do Esqueleto sinalizaram para a Associação Feminina do Distrito Federal e aos jornais. Esses governos militarizados deixaram uma marca desse tipo de uso da violência, física e simbólica, nesses territórios, e foi justamente nesse sentido que as lutas pelas favelas encaminham sua atenção.

O final do século XX não trouxe mais o medo da remoção, mas, sim, o pavor das chacinas e mortes por ferimento de armas de fogo em confrontos entre facções criminosas e policiais. Frente a essa realidade e a expansão do mercado varejista de substâncias ilícitas, e a política de “guerra às drogas”, os moradores dessas localidades viram suas ruas se tornarem verdadeiros campos de batalhas, causando danos irreversíveis a essas populações. É por essa vereda que boa parte dos coletivos de favelas têm se organizado desde as últimas décadas do século passado. No sentido de mitigar o efeito dessa guerra nos territórios, que surgiram outros coletivos dando conta da prestação de assistência social e educacional lideradas por esses moradores⁸.

8 É válido aqui mencionar o trabalho de instituições e coletivos que surgiram no final dos anos 1990 e início dos 2000, como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, CEASM, que atende crianças, jovens e adultos em cursos preparatórios para concursos, produz o jornal O Cidadão, sendo ponta de lança na comunicação comunitária, além de ter construído um dos primeiros museus de favela, o Museu da Maré.

E no fim as favelas seguem na luta

Com o avanço da política de “guerra às drogas” no Brasil e no Rio de Janeiro, as favelas passaram a ser vistas não apenas como territórios insalubres, que deveriam ser extirpados da cidade, mas sim como um espaço marginalizado da cidade. É claro que, a ideia de marginalização e a própria teoria da marginalidade se apresentava desde a década de 1950 (Perlman, 2002, p. 124-132). No entanto, com a entrada do comércio de cocaína no Brasil e o surgimento das facções criminosas a partir dos anos 1970, esses espaços começaram a ser deflagrados como área de conflitos armados, fossem em disputas entre facções rivais ou com as forças policiais (Amoroso, 2019, p. 129-157). Nesse contexto, os movimentos de favela passaram a direcionar sua atenção para a pauta da segurança pública, ou da insegurança, que vem sendo produzida nesses territórios da cidade. No final dos anos 1990, grupos de mães e familiares de vítimas de homicídio ou de chacinas – muito comuns durante esse período – causado por policiais ou grupo paramilitares, se reuniram e formaram coletivos importantes para denunciar as violações do Estado nesses territórios⁹.

A virada dos anos 2000 marcou não somente a luta dos moradores de favela, no sentido de transformação das pautas e demandas, mas também marcou as favelas enquanto espaços reconhecidos por sua cultura e história (Brum; Knauss, 2012, p. 121-140). A valorização das manifestações culturais da favela ganhou força durante esse contexto, muito em função das escolas de samba e museus construídos nesses locais. Isso fez eclodir uma série de movimentos organizados que buscaram pautar o acesso à arte, cultura e educação dentro desses locais, não só como consumidores, mas sobretudo como produtores de arte e conhecimento. Nesse sentido, é importante situar a luta dos moradores de favela pelo acesso à educação, indo num sentido freiriano de educação popular e de defesa dos espaços públicos de ensino, além da disputa pelo acesso a esses espaços pelos moradores de favela. O que nos indica, novamente, o quanto a luta dos moradores de favela pode ser compreendida através de suas múltiplas facetas, todas elas fundamentais para a manutenção do bem viver nesses locais e relevantes para o cenário político da cidade.

9 Os movimentos de mães e familiares vítimas de violência do Estado, como o Mães de Acari, Mães de Manguinhos e as redes de familiares da Baixada Fluminense. Conferir: https://wikifavelas.com.br/index.php/Rede_Nacional_de_M%C3%A3es_e_Familiares_de_Vitimas_do_Terrorismo_do_Estado#:~:text=A%20Rede%20Nacional%20de%20M%C3%A3es,%C3%A0%20letalidade%20policial%20no%20Brasil; e https://diplomatique.org.br/chacinas-e-criacao-de-movimentos-sociais-de-maes-no-rj/ Acesso em: 12 jul. 2024.

Podemos observar, ao longo das décadas, que os movimentos de moradores de favela não se caracterizavam por sua homogeneidade. Ao contrário, esses coletivos sempre se mostraram heterogêneos e diversificados. Além disso, conseguimos acompanhar uma adequação dessas lutas de acordo com as demandas do contexto histórico e as necessidades de cada favela. As demandas da atualidade atravessaram esses movimentos, as discussões sobre “guerra às drogas”, genocídio da juventude negra, feminicídio, entre outras pautas, influenciam a consciência social e atuação política de diversos coletivos nas favelas.

É importante, em vista do avanço desses movimentos, garantir a memória de luta e resistência coletiva dos moradores que primeiro conseguiram organizar a disputa pelos direitos dos moradores das favelas. No sentido de retomada dos primeiros passos das lutas por esses territórios, caminham hoje alguns movimentos organizados de favela. Como é o caso do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), que com o trabalho de restauração e conservação de acervos de memória dos moradores da Maré, historicizaram e localizaram no tempo e espaço as suas lutas, estabelecendo uma continuidade do que os primeiros moradores fizeram, em especial, Dona Orozina Vieira. Não à toa, a instituição nomeia o arquivo histórico do Museu da Maré de Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV).

Esse movimento nos convida a historicizar a trajetória de luta dos moradores de outras localidades, fundamentando a luta dessas pessoas a partir de uma perspectiva de longa duração. Isto é importante para definir que os passos em defesa das favelas são dados há muito tempo, desde os primeiros núcleos favelados da cidade (Gonçalves, 2013), não meramente um produto da atualidade, mas sim uma continuidade dos passos já dados por esses antecessores. Além disso, fica evidente a necessidade da historiografia dos movimentos sociais da cidade do Rio de Janeiro de se lançar na investigação desses movimentos. Os moradores de favela estavam em todos os espaços, construindo o movimento operário, de mulheres e mães, de cristãos, de comunistas, entre outros. O que essas pessoas queriam era disputar o direito à cidade, através de sua heterogeneidade, garantir a manutenção das vidas nas favelas, evidenciando uma mobilização coletiva de luta pelo direito à cidade, afirmando o território de favela como o ponto de encontro de todas essas diferenças, que não precisavam se anular, mas sim se complementar (Sader, 2001).

A partir do que foi exposto neste artigo, conseguimos acompanhar parte do processo de construção e atuação política dos moradores de favela do Rio de

Janeiro entre as décadas de 1940 e 1960. Trata-se de uma atuação política que se dá há pelo menos um século, e por isso deve ser cada vez mais investigada pela História, a fim de inserir essas experiências e perspectivas no bojo da história da cidade do Rio de Janeiro, mas também no estudo dos movimentos sociais da cidade. Buscamos, por isso, evidenciar as formas distintas de articulação dos moradores de favela, dando ênfase nas estratégias adotadas em diferentes localidades da cidade, o que nos permitiu vislumbrar a variedade na atuação desses indivíduos, quase sempre partindo de uma perspectiva de atuação coletiva e em rede interlocais.

Por isso devemos ressaltar, sempre que possível, que os favelados ajudaram a fundamentar a caminhada política de disputa pela cidade do Rio de Janeiro, assumindo aqui que a cidade é um espaço fruto de disputas das classes sociais. Ignorar essa contribuição é negar a atuação política desses sujeitos, o que se torna perigoso, principalmente no que tange o exercício de romper com a história única, vista pela perspectiva das classes dominantes, no caso dos que controlam as propriedades urbanas e os territórios da cidade. Evidenciar a atuação dos moradores de favela nas disputas políticas pela cidade é localizar esses sujeitos enquanto históricos e não passivos, estereótipo esse que, durante muito tempo, foi associado aos moradores de favela, quando não o de classe perigosa. Dessa forma, é importante associar um outro estereótipo a esses grupos, os de sujeitos coletivos, sujeitos políticos, cidadãos, entre outros, como uma tentativa de superar os estigmas empregados no passado, que ainda atravessam a identidade de faveladas e favelados.

Referências

AMOROSO, Mauro. **Caminhos do lembrar:** a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel. 265 f. Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2012.

AMOROSO, Mauro. A tropa e a cidade: a Polícia Militar no Rio de Janeiro durante a abertura e seus impactos negativos futuros para a consolidação de um universo de direitos para as favelas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 27, p. 129 - 157, maio/ago. 2019.

BRUM, Mario Sergio Ignacio. **Cidade alta:** história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

BRUM, Mario Sergio Ignacio; KNAUSS, Paulo. Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica. In MELLO, Marco Antonio da Silva; FREIRE, Leticia de Luna; SILVA, Luiz Antônio Machado da; SIMÕES, Soraya Silveira (orgs.). **Favelas Cariocas**, ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 121-140.

BRUM, Mario Sergio Ignacio; GOMES, Aluan. Favela e a questão étnico-racial: a gênese do apartheid urbano brasileiro. In: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro (org.). **Pensando as favelas cariocas:** memórias e outras abordagens teóricas. v. 2. Rio de Janeiro: Pallas; Ed. Puc-Rio, 2022. p.189-214.

CONGRESSO DE FAVELADOS VAI MOSTRAR AO PREFEITO QUE A SERFHA NÃO EXISTE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 abr. 1959. Ano VIII. Número 2.684, p.9. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=%E2%80%9CCongresso%20de%20Favelados%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=54486>. Acesso em: 10 jun. 2024.

COSTA, Emmanuelle Torres. **Morte e vida no Esqueleto:** a construção social de um espaço marginalizado da cidade do Rio de Janeiro (1934-1965). 180 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

DEFENDER OS FAVELADOS. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 jul. 1951. Ano I. Número 21, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=%22defender%20os%20favelados%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=585>. Acesso em: 10 jun. 2024.

DEFENDEREMOS COM TODO AFINCO OS BARRACÕES EM QUE VIVEMOS. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 13 set. 1955. Ano VIII. Número 1.604, p. 6. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=%E2%80%9CDefenderemos%20com%20todo%20afinco%20os%20barrac%C3%B5es%20em%20que%20vivemos%E2%80%9D&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9637>. Acesso em: 11 jun. 2024.

ESCOLAS PARA SEUS FILHOS. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 25 jan.1954. Ano IV. Número 802, p.5. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%e2%80%9cEscolas%20para%20seus%20filhos%e2%80%9d&pagfis=17302>. Acesso em: 5 ago. 2024.

FAVELADOS INICIAM SEU I CONGRESSO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 out.1964. Ano LXIV. Número 21.933, p. 11. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%E2%80%9CFavelados%20iniciam%20seu%20I%20Congresso%E2%80%9D&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=56014. Acesso em: 1 ago. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights**: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. California: Stanford University Press, 2008.

FISCHER, Brodwyn. Direitos por lei ou leis por direitos? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Silvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs). **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas, SP: Unicamp, 2006, p. 417-425.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: História e Direitos. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013.

GOVERNADOR TENTA DIVIDIR FAVELADOS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1964. Ano LXIV, Número 21.979, p. 3. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Reuni%C3%A3o%20de%20favelados%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=57940. Acesso em: 27 jun. 2024.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **A sociologia do Brasil urbano**. 2 ed. organizada por Elizabeth Leeds & Nísia Trindade Lima. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

LOW, Setha. **The social construction of space**. Spatializing culture: the ethnography of space and place. New York: Routledge, p. 68-93, 2016.

MATTOS, Romulo Costa. **A “aldeia do mal”**: O morro da Favela e a construção social das favelas durante a primeira república. Dissertação (Mestrado) - Instituto de História da UFF, 2004.

MELLO, Juliana Oakim Bandeira de. **“Urbanização sim, remoção não”**: A atuação da Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960-1970. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

MOURA, Victor Tavares. **Relatório e balancete dos trabalhos executados pelo serviço de extinção das favelas, 4 de outubro de 1947**. Casa de Oswaldo Cruz, Prefeitura do Distrito Federal, Fundo Victor Tavares de Moura, Dossiê Saúde e Assistência. Pasta 02, maço 01, 1940.

NÃO PODEMOS MORAR NUM PALÁCIO COMO ACONTECE COM O ALMIRANTE. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 13 out. 1955. Ano VIII, Número 1.631, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=%E2%80%9CN%C3%A3o%20podemos%20morar%20num%20pal%C3%A1cio%20como%20acontece%20com%20o%20almirante%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9828>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PEREIRA, Leonardo A. M. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **História**, v.35, p.1-21, 2016.

PESTANA, Marco Marques. **A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)**. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense) - Niterói: Eduff, 2016.

PESTANA, Marcos Marques. **Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PROTESTOS CONTRA DEMOLIÇÃO NAS FAVELAS. **Tribuna Popular**, Rio de Janeiro, 21 ago. 1947. Ano II, Número 540, p. 8. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154547&pesq=%E2%80%9CProtestos%20contra%20demoli%C3%A7%C3%A3o%20nas%20favelas%E2%80%9D&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2024.

POVO DO ESQUELETO NÃO QUER A MUDANÇA. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 28 nov. 1964. Ano LXIV, Número 21.980, p. 12. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%E2%80%9CPovo%20do%20Esqueleto%20n%C3%A3o%20quer%20a%20mudan%C3%A7a%E2%80%9D&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=57989. Acesso em: 22 jun. 2024.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho** 3, n.º 5, p. 6-33, (2011) [1996].

SILVA, Cláudia Rose. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro 2006.

TRABALHADORES FAVELADOS DE PARADA DE LUCAS PELA LEGALIDADE DO PARTIDO DE PRESTES. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, 13 out. 1955. Ano VIII, Número 1.631, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=%E2%80%9CN%C3%A3o%20podemos%20morar%20num%20pal%C3%A1cio%20como%20acontece%20com%20o%20almirante%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9828>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UM BATALHÃO DE TANQUES CONTRA UM GRUPO DE FAVELADOS POBRES. **Imprensa Popular**, 13 out. 1955. Ano VIII, Número 1.631, p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=%E2%80%9CN%C3%A3o%20podemos%20morar%20num%20pal%C3%A1cio%20como%20acontece%20com%20o%20almirante%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=9828>. Acesso em: 15 jul. 2024.

VALLADARES, Licia. **A invenção da Favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIANA, Rachel Almeida. **O encontro da antropologia com a favela:** Anthony Leeds e Elizabeth Leeds no Jacarezinho. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2023.

VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. **Do engenho à favela, do mar ao chão,** memórias da construção do espaço da Maré. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Unirio. Rio de Janeiro: 2008.